



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2020-TP

PROCESSO Nº: 1487-7/2020
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
ASSUNTO: PROPOSTA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA
RELATOR: CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF

Revoga a Instrução Normativa SCL nº 01/2011, que dispõe sobre as normas e procedimentos para a aquisição de bens e serviços mediante licitação, inclusive dispensa e inexigibilidade de licitação, no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 21, XXX, da Resolução nº 14/2007 do Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO as inúmeras alterações ocorridas nas Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 7.217/2006 e demais normas aplicáveis à aquisição de bens e serviços, desde a publicação da Instrução Normativa SCL nº 01/2011;

CONSIDERANDO que a Resolução Normativa nº 7/2010, que tratava do Sistema de Controle Interno e da atuação da Unidade de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, utilizada na fundamentação da Instrução Normativa SCL nº 1/2011 foi sucedida pelas Resoluções Normativas nº 30/2012, 22/2015, 38/2016, 13/2018; e,

CONSIDERANDO o início dos trabalhos da gestão da Presidência do biênio 2020/2021, a necessidade de atualizar as normas e procedimentos, bem como dar andamento aos processos de aquisições de bens e serviços mediante licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Instrução Normativa SCL Nº 01/2011, que estabeleceu normas e procedimentos para a aquisição de bens e serviços mediante licitação, Dispensa ou Inexigibilidade de licitação, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, devendo-se observar, até a confecção de novo ato normativo, a legislação nacional e estadual, bem como as regras e princípios constitucionais.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.